



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 09/2022

Período: 26/03/2022 - 01/04/2022

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Ministro da Defesa não compareceu a ato do Partido Liberal ligado à candidatura de Jair Bolsonaro à reeleição
- 2- Novo decreto prevê aumento de gratificações de representatividade aos militares
- 3- Substituição da presidência da Petrobrás afetou a representatividade do Exército no Conselho da estatal
- 4- Ministério da Defesa publicou a Ordem do Dia em defesa ao golpe militar de 1964 e atraiu críticas de entidades e do Ministério Público
- 5- Em cerimônia que marcou trocas nos Ministérios e saída de Braga Netto da Defesa, Bolsonaro elogiou a ditadura militar

1- Ministro da Defesa não compareceu a ato do Partido Liberal ligado à candidatura de Bolsonaro à reeleição

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, vários ministros do governo do presidente da República Jair Bolsonaro participaram do ato informal de lançamento de sua candidatura à reeleição promovido pelo Partido Liberal (PL). Entretanto, os jornais informaram que o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, não compareceu, embora esteja cotado para ocupar o lugar de vice-presidente na chapa de Bolsonaro nas eleições de 2022. Segundo a *Folha*, o possível motivo de sua ausência seria o fato de que ainda era ministro da Defesa, o que poderia gerar questionamentos sobre a "atuação política dos fardados." (*Correio Braziliense* - Política - 28/03/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 28/03/22)

2- Novo decreto prevê aumento de gratificações de representatividade aos militares

Segundo do periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República Jair Bolsonaro e o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, assinaram no dia 17/03/22 um decreto que prevê a ampliação das alternativas de pagamento de gratificação de representação a militares. Esse benefício amplia de 2% a 10% na renda básica dos militares, e com o novo decreto, eventos culturais e desportivos passam a integrar os eventos que contemplam o benefício, além de outros nove tipos de serviços fora da sede, como serviços de engenharia, cartografia, escolta e perícia, que também poderão receber a gratificação eventual e o estabelecimento de regras para cálculo da remuneração de

pensionistas e inativos. De acordo com a matéria, a assinatura do decreto é uma estratégia de Bolsonaro, aliado ao general Braga Netto, para ganhar apoio em sua reeleição. Em nota, o Ministério da Defesa afirmou que não há inovações no decreto quanto ao pagamento da gratificação “em razão do exercício de cargos de comando, direção ou chefia”, entretanto, segundo a *Folha*, a pasta e o ministro da Economia não se manifestaram acerca dos questionamentos sobre o impacto do decreto nos cofres públicos. (Folha de S. Paulo - Política - 29/03/22)

3- Substituição da presidência da Petrobrás afetou a representatividade do Exército no Conselho da estatal

Segundo do periódico *Correio Braziliense*, a preocupação do presidente da República Jair Bolsonaro com o impacto da alta dos preços dos combustíveis em sua campanha de reeleição levou a substituição do general Joaquim Silva e Luna do comando da Petrobrás. O militar será substituído pelo economista Adriano Pires, atual diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura e ex-assessor na Agência Nacional de Petróleo (ANP). De acordo com a coluna opinativa da jornalista Juliana Braga para a *Folha de S. Paulo*, oficiais ouvidos sob a condição de anonimato criticaram a substituição e avaliaram que o general Silva e Luna sofreu as consequências pela ineficiência das articulações políticas do ministro de Minas e Energia, o almirante Bento Albuquerque. Os oficiais afirmaram que a substituição não resolverá o problema do aumento dos preços dos combustíveis e que a solução seria a “aprovação de um fundo capaz de amortizar as oscilações internacionais do petróleo”. Além disso, a coluna opinativa apontou que o almirante Albuquerque manterá a predominância de nomes ligados à Marinha no Conselho de Administração da Petrobrás, com a indicação do oficial da reserva Ruy Flaks Schneider, que já comandou o Conselho de Administração da Eletrobrás, e também o almirante Luiz Henrique Caioli, próximo do ministro de Minas e Energia e também do comandante da Marinha, o almirante Garnier Santos. Com a saída do general Silva e Luna da presidência, segundo a coluna, não haverá mais representantes do Exército no Conselho. (Correio Braziliense - Economia - 29/03/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 29/03/22)

4- Ministério da Defesa publicou a Ordem do Dia em defesa ao golpe militar de 1964 e atraiu críticas de entidades e do Ministério Público

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça, no dia 31/03/22, que determinasse a retirada de uma Ordem do Dia alusiva ao movimento golpista que iniciou a ditadura militar em 31/03/64, publicada no dia 30/03/22 pelo Ministério da Defesa e assinada pelo então ministro, general Walter Braga Netto, e pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. A publicação diz que o golpe militar (1964-1985) foi um “marco histórico da evolução política brasileira” e que as Forças Armadas agiram para “restabelecer a ordem e para impedir que um regime totalitário fosse implantado no Brasil”. Segundo o *Correio*, foi um dos últimos atos de Braga Netto à frente da pasta, pois assumiu o cargo de assessor especial do Gabinete Pessoal do presidente da República, Jair Bolsonaro, com quem deve formar chapa, como candidato a vice-presidente, nas eleições de 2022. De acordo com a *Folha*, o MPF já havia questionado em 2019 a divulgação de um vídeo comemorativo ao golpe nos canais de comunicação

da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), requerendo do governo que não voltasse a exaltar o regime ditatorial. Segundo *O Estado*, a representação do MPF desta vez afirmou que o governo “reitera em ato ilícito” e demonstrou “verdadeiro menoscabo” em relação à Constituição Federal, às leis e ao Estado Democrático de Direito. A *Folha* destacou ainda que 89 entidades da sociedade civil, integrantes do Pacto Pela Democracia, divulgaram uma carta em 31/03/22 criticando a exaltação ao golpe pelo atual governo. O documento registra que “O regime autoritário imposto pelo golpe militar de 1964 ceifou vidas, com cerca de 434 pessoas mortas, mais de 20 mil cidadãos e cidadãs brasileiras torturadas, além da perseguição e do afastamento da vida pública de quase 5.000 representantes políticos em todo país. A censura imposta a estudantes, jornalistas, artistas e intelectuais deixou cicatrizes profundas nas instituições e na sociedade brasileiras”. Também na *Folha de S. Paulo*, o jornalista Reinaldo Azevedo afirmou, em coluna opinativa, que a Ordem do Dia “entra para a história como uma das peças mais desavergonhadas da República em razão das mentiras que conta, das conclusões a que chega e das ameaças que embute”. O jornalista ainda questionou a política do “medo do comunismo”, a partir da qual setores da sociedade e a chamada “terceira via” da disputa eleitoral têm resistido a adotar atitudes que possam favorecer o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva e, assim, permitido as ameaças de golpe do presidente e das Forças Armadas. A *Folha de S. Paulo* informou também que o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ingressou com uma representação na Procuradoria Geral da República para que a Ordem do Dia fosse retirada do portal do Ministério da Defesa. (Correio Braziliense - Política - 01/04/22; Folha de S. Paulo - Política - 31/03/22; Folha de S. Paulo - Política - 01/04/22; O Estado de S. Paulo - Política - 01/04/22)

5- Em cerimônia que marcou trocas nos Ministérios e saída de Braga Netto da Defesa, Bolsonaro elogiou a ditadura militar

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República Jair Bolsonaro adotou um tom eleitoral em seu discurso na cerimônia realizada em 31/03/22 no Palácio do Planalto e que marcou a substituição dos ministros que disputarão cargos nas eleições de 2022, com ataques a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e defesa da ditadura militar (1964-1985). Segundo a *Folha*, Bolsonaro afirmou que na ditadura “todos aqui tinham direito de ir e vir, e sair do Brasil, trabalhar, constituir família, de estudar”, referindo-se ao deputado federal Daniel Silveira, seu apoiador, que resistia à decisão do ministro do STF Alexandre de Moraes que o obrigou a utilizar tornozeleira eletrônica. O dispositivo foi instalado após a cerimônia. Em outro momento, segundo a *Folha*, Bolsonaro afirmou que o general Humberto de Alencar Castello Branco chegou à presidência, em abril de 1964, pelo Congresso Nacional, ignorando que antes do pleito houve um golpe que derrubou o então presidente da República João Goulart, diversos parlamentares foram cassados e que o general era candidato único ao cargo, dando início ao regime de exceção. *O Estado de S. Paulo* informou também que Bolsonaro fez comparações entre os governos militares e o seu, elogiando obras como a da Zona Franca de Manaus, ignorando também que a lei que estabelecia sua criação foi promulgada no governo de Juscelino Kubitschek, em 1957, tendo sua instalação efetivada em 1967 no governo do general Castello Branco. Segundo

a *Folha de S. Paulo*, a cerimônia marcou também a saída do general Walter Braga Netto do Ministério da Defesa, que deverá ser candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Bolsonaro. O general Paulo Sérgio Nogueira assumiu a pasta e em seu lugar como comandante do Exército ficou o general Marco Antônio Freire Gomes. Segundo a *Folha*, a expectativa de membros das Forças Armadas é que o general Sérgio Nogueira seja mais cauteloso e menos alinhado aos arroubos de Bolsonaro, evitando expor o Ministério a embates com as demais Instituições. Já *O Estado de S. Paulo* relatou que o ministro do STF Luís Roberto Barroso utilizou o *Twitter* para criticar a ditadura militar após as falas de Bolsonaro na cerimônia. O ministro denunciou o exílio forçado, a censura, o cancelamento das eleições presidenciais, o fechamento do Congresso Nacional, cassações e proibições de manifestações públicas. Também elogiou o período democrático desde 1988 como “o mais longo período de estabilidade institucional da vida brasileira”, no qual o país melhorou indicadores sociais e econômicos. *O Estado* também informou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) usou as redes sociais para falar sobre o golpe militar, afirmando que a Justiça Eleitoral celebra “a importância e a fundamentalidade do patrimônio democrático, da liberdade das cidadãs e dos cidadãos e do Estado Democrático de Direito”. (Folha de S. Paulo - Política - 01/04/22; O Estado de S. Paulo - Política - 01/04/22)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)
Maria Júlia Barbosa Sena Nunes Scandiuzzi
Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos
Davi Campos Matos
Débora Cruz Silva
Giovani Nunes de Aguiar
Giovanna Palas Soares Santos
Grazielly Dourado Santos
Rodrigo Freitas de Souza
Thalia Cristina Vieira Lima